



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 08/2018

Período: 24/03/2018 – 30/03/2018

GEDES – UNESP

- 1- Intervenção Federal no Rio de Janeiro I: moradores apontaram manutenção da violência apesar da presença das Forças Armadas
- 2- Intervenção Federal no Rio de Janeiro II: 3,4 mil militares foram mobilizados para operações
- 3- Intervenção Federal no Rio de Janeiro III: recursos para intervenção federal foram aprovados por Medida Provisória
- 4- Intervenção federal no Rio de Janeiro IV: blindados foram entregues às Polícias Civil e Militar
- 5- Intervenção Federal no Rio de Janeiro V: debate
- 6- Especialistas apontaram falta de verbas para a operacionalização da Estação Antártica Comandante Ferraz
- 7- Míssil brasileiro MTC-300 entrou em fase de teste
- 8- Base flutuante da Marinha e da Polícia Federal não foi construída por falta de verba

1- Intervenção Federal no Rio de Janeiro I: moradores apontaram manutenção da violência apesar da presença das Forças Armadas

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, apesar da presença de tropas das Forças Armadas na cidade do Rio de Janeiro, moradores apontaram a manutenção de índices de violência na região metropolitana da capital. De acordo com o membro do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana, Felipe Freitas, as operações realizadas durante a intervenção ocorreram sem planejamento e expuseram os agentes de segurança à violência. De acordo com editorial da *Folha*, as Forças Armadas são “uma esperança de restabelecimento da ordem” no contexto “de desamparo e de perda de confiança nas instituições estaduais”. O jornal afirmou que o maior exemplo da “atual falta de rumo da intervenção” é o da comunidade Vila Kennedy, onde os militares ficaram por cerca de um mês e se retiraram sem realizar prisões expressivas ou grandes apreensões de armamentos e drogas. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, especialistas afirmaram que as constantes mudanças de rotas e fases na ação federal demonstram a falta de planejamento. Segundo o jornal, os novos pontos de atuação dos militares serão o cruzamento das Avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, no centro da cidade do Rio de Janeiro, a Praia de Copacabana, na altura do Copacabana Palace, e a orla de Botafogo na altura do Botafogo Praia Shopping, onde ocorreu um tiroteio no dia 26/03/18, após uma tentativa de assalto a uma joalheria. De acordo com O

Estado, a intervenção, que tinha o objetivo de restabelecer a ordem pública no Rio de Janeiro, não alterou a sensação de insegurança da população. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, 71% dos moradores da cidade do afirmaram que o combate à violência não se alterou desde que os militares assumiram o comando da segurança pública no estado. De acordo com a pesquisa, 36% dos entrevistados não esperam mudanças no quadro de segurança pública. Conforme levantamento feito pela equipe do aplicativo Onde Tem Tiroteio para *O Estado*, foram registrados 404 tiroteios 27 dias antes da ação federal e 354 após o início da operação, o que representa uma redução de 12,4% nas ocorrências. Já nos dados fornecidos pelo aplicativo Fogo Cruzado, houve uma elevação de 8,3%, de 620 para 672 disparos e o total de mortos divulgado foi de 114 para 149, um aumento de 30,7%. Segundo a socióloga e pesquisadora, Maria Isabel Couto, a atuação das Forças Armadas repete “modelo de décadas atrás, sem sucesso”. De acordo com Couto, “há um aumento da repressão e a militarização da vida cotidiana nas áreas pobres, apenas, e estão tentando resolver o problema dando o mesmo remédio que sempre deram”. Em entrevista ao *Correio*, Ignácio Cano, pesquisador do Laboratório de Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, afirmou que a intervenção não possui tempo nem condições políticas suficientes para proporcionar melhorias significativas na conjuntura de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. De acordo com *O Estado*, medidas emergenciais estão sendo tomadas pelo interventor, e seus resultados devem aparecer nos próximos meses. Segundo a *Folha*, a intervenção federal no setor de segurança pública do estado do Rio de Janeiro constitui uma “medida que expõe as Forças Armadas a desgastes e ao risco de contaminação pelo contato com agentes do narcotráfico”. (*Correio Braziliense* – Brasil – 25/03/18; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 25/03/18; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 25/03/18; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 26/03/18; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 27/03/18; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 26/03/18; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 27/03/18)

2- Intervenção Federal no Rio de Janeiro II: 3,4 mil militares foram mobilizados para operações

De acordo com os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, uma operação militar realizada no dia 27/03/18, no Complexo do Lins de Vasconcelos, na cidade do Rio de Janeiro, contou com a participação de 3,4 mil militares para auxiliar no cumprimento de mandados de prisão na região. Durante a operação, armamentos, drogas e veículos foram apreendidos pelos militares. A autoestrada Grajaú-Jacarepaguá, rota de acesso à comunidade, foi interditada por cerca de 10 horas. A operação teve suporte de carros blindados e aeronaves. O Gabinete da Intervenção Federal afirmou que o motivo da escolha da comunidade para a operação é “sigiloso”. Também no dia 27/03/18, um grupo de 220 militares foi direcionado para uma inspeção na Penitenciária Gabriel Ferreira Castilho, em Bangu, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, a fim de apreender materiais ilícitos. Segundo *O Estado*, um oficial das Forças Armadas não identificado afirmou que, apesar de a ação não ser missão das Forças Armadas, “é preciso mostrar que não há lugar ou espaço de santuário nos quais não possamos entrar e dominar”. Ambas as operações foram realizadas sem o prejuízo dos patrulhamentos de segurança nas zonas sul e centro da capital, consideradas áreas nobres da cidade. Conforme o periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 26/03/18, informações sobre a operação no Complexo do Lins de Vasconcelos vazaram, o

que “ajudou na fuga de criminosos” e levou a um “resultado frustrante”. Segundo o periódico, a operação teve como resultados “24 pessoas presas, 10 kg de maconha, além de cocaína e crack em quantidade não divulgada, apreendidos”. Foram apreendidas “duas pistolas 9mm, um revólver 32mm, munição em quantidade não informada, 10 carros e 11 motos”. No dia 28/03/18, o porta-voz do Gabinete de Intervenção, coronel Roberto Itamar, afirmou que o vazamento é “previsto e controlado pelo planejamento”, e que “a operação foi um sucesso”. Segundo Itamar, o baixo número de apreensões não significa insucesso, pois “o trabalho da inteligência foi realizado, mostrou que podemos entrar em qualquer lugar no Rio e forçamos o movimento da criminalidade”. Segundo a *Folha*, outras operações devem ser realizadas no complexo. (Correio Braziliense – Brasil – 28/03/2018; Correio Braziliense – Brasil – 29/03/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/03/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 28/03/2018)

3- Intervenção Federal no Rio de Janeiro III: recursos para intervenção federal foram aprovados por Medida Provisória

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o presidente da República, Michel Temer, aprovou, através em medida provisória editada no dia 27/03/2018, uma remessa de 1,2 bilhão de reais para a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Segundo o periódico, os recursos devem ser destinados à compra de equipamentos e à melhoria da infraestrutura logística. Entretanto, o *Correio* salientou que esse aporte não visa cobrir os atrasos em pagamentos de policiais nem contratar novos integrantes concursados para as forças de segurança pública do estado. Segundo o jornal, os recursos para o cobrir os atrasos salariais “deverão vir do orçamento do governo do Rio de Janeiro”. (Correio Braziliense – Brasil – 28/03/2018)

4- Intervenção federal no Rio de Janeiro IV: blindados foram entregues às Polícias Civil e Militar

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, seis blindados foram entregues para as forças de segurança da cidade do Rio de Janeiro. Três blindados Urutu foram entregues para o Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar e três carros blindados “Caveirão” foram entregues à Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o jornal, os blindados militares do modelo Urutu foram construídos em 1980, e retornaram ao Brasil em outubro de 2017, após terem sido utilizados na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Conforme o *Correio* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 28/03/18, o porta-voz do Comando Militar do Leste e do Gabinete de Intervenção no Rio, coronel Roberto Itamar, afirmou que o patrulhamento estático se mostrou ineficiente. Segundo Itamar, o novo patrulhamento dinâmico transmite “maior sensação de segurança para as pessoas que circulam pela cidade”. Segundo os periódicos, no dia 28/03/18, o interventor federal do estado do Rio de Janeiro, general Walter Souza Braga Netto, negou que a intervenção seja ineficiente em relação aos índices de criminalidade. O general afirmou que a “tropa está na rua não porque os índices estão aumentando, mas porque a sensação de segurança não voltou”. (Correio Braziliense – Brasil – 29/03/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 29/03/18)

5- Intervenção Federal no Rio de Janeiro V: debate

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Marco Aurélio Canônico afirmou que, desde a morte da vereadora Marielle Franco no dia 14/03/18, a ação dos interventores no estado do Rio de Janeiro “não está se revelando apenas inútil, mas pode acabar desmoralizado o governo federal e as Forças Armadas”. Segundo Canônico, a violência aumentou e contabilizou “oito mortes na Rocinha, cinco jovens assassinados em Maricá, assaltos e tiroteios diários em vários pontos do Rio”. Para Canônico, a participação do Exército em operações representou “vexames sucessivos”. Segundo o jornalista, a ocupação da Vila Kennedy não teve resultados relevantes, a vistoria no presídio Bangu 3, que contou com a participação de 220 soldados, resultou na apreensão de ventiladores e um celular, enquanto a maior das operações já feitas contra roubo de cargas e veículos, com 3.400 militares, “vazou antes de acontecer”. De acordo com Canônico, se o Exército não replicar a “paz provisória” da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, as Forças Armadas vivenciarão “desmoralização completa”. O jornalista advertiu que “quando as Forças Armadas ficam desmoralizadas, os efeitos costumam ser tenebrosos”. Em coluna à *Folha*, o professor da Fundação Getúlio Vargas, Matias Spektor, afirmou que a crise brasileira prejudica a imagem das Forças Armadas e do Supremo Tribunal Federal. De acordo com Spektor, a crise de credibilidade desfaz o “mito” de que os militares são capazes de garantir “a melhor arrumação” quando “políticos irresponsáveis fazem bagunça”. O colunista afirmou que “pequenos grupos na hierarquia das Forças Armadas conseguem trocar favores com o poder político de plantão, mesmo quando isso transforma a tropa em cabo eleitoral, a um risco elevado para os militares de menor patente, sem planejamento ou benefícios claros para a cidadania”. No entanto, de acordo com Spektor, a crise pode contribuir para a construção de “novas saídas” para os problemas do país. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 29/03/18*)

6- Especialistas apontaram falta de verbas para a operacionalização da Estação Antártica Comandante Ferraz

Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou críticas de pesquisadores à falta de recursos financeiros para a condução do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) e para a operacionalização da Estação Antártica Comandante Ferraz, administrados pela Marinha do Brasil. De acordo com o periódico, a estação, reconstruída após incêndio no ano de 2012, “corre o risco de se tornar apenas um monumental esforço de engenharia e logística, sem produzir os importantes resultados científicos que dela se esperam”. Segundo *O Estado*, um grupo de 17 pesquisadores enviou uma carta ao ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, e ao comandante da Marinha, almirante Eduardo Ferreira, alertando-os sobre a grave escassez de recursos para o programa. De acordo com os pesquisadores, o Proantar “está gravemente ameaçado de interrupção”. Jefferson Simões, glaciologista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e vice-presidente do Comitê Científico para Pesquisas Antárticas, afirmou que “não basta a presença militar, tem de haver ciência”. De acordo com *O Estado*, “é da maior importância para o desenvolvimento da produção científica do Brasil que o Proantar receba dos órgãos competentes, vale dizer, do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Marinha, a atenção devida para a solução dos graves problemas que o ameaçam”. O periódico destacou a necessidade de honrar não apenas os serviços prestados pelos pesquisadores brasileiros desde 1984, mas também os

dois militares que perderam a vida tentando salvar a estação. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 25/03/18)

7- Míssil brasileiro MTC-300 entrou em fase de teste

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Exército Brasileiro retomou voos de testes do míssil MTC-300. Em 2018, o primeiro míssil de cruzeiro brasileiro entrou na fase final de desenvolvimento. A encomenda inicial, de 100 unidades para o Exército, tem data de entrega prevista para 2020, em lotes sequenciais até 2023. O míssil foi desenvolvido pela empresa Avibras no âmbito do Programa Estratégico Astros 2020 e teve investimento estimado em R\$ 2,45 bilhões de reais. De acordo com *O Estado*, as configurações do MTC-300 são resultado de um aperfeiçoamento de 13 anos. Segundo o periódico, o MTC-300 tem alcance de 300 quilômetros, precisão na escala de 50 metros e pode ser empregado em ações de destruição de infraestruturas como refinarias de petróleo ou complexos industriais. De acordo com o periódico, o modelo ainda não possui um sistema de radar que possibilite atingir alvos móveis. Conforme um oficial das Forças Armadas ligado ao empreendimento, “o míssil expande a capacidade de dissuasão do País e confere ao Exército apoio de fogo de longo alcance com elevados índices de precisão e letalidade porém com mínimos danos colaterais”. De acordo com o jornal, a arma está dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), do qual o Brasil é signatário, que limita o raio de ação a 300 quilômetros e as ogivas a 500 quilos. Segundo *O Estado*, o mercado internacional para o míssil é amplo e tem como possíveis interessados países como Arábia Saudita, Malásia, Indonésia e Catar, que podem gerar negociações de US\$ 2,5 bilhões a US\$ 3,5 bilhões de dólares. (O Estado de S. Paulo – Política – 26/03/18)

8- Base flutuante da Marinha e da Polícia Federal não foi construída por falta de verba

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a falta de recursos impediu a construção de uma base flutuante no Rio Solimões em iniciativa conjunta da Marinha do Brasil e da Polícia Federal. Conforme o jornal, a base teria objetivo de “enfrentar o contrabando e a ação de barcos ‘piratas’ que atacam o transporte de cargas pelos rios da floresta [Amazônica]”. De acordo com a *Folha*, a colaboração entre órgãos de controle, o poder público e acordos com os países vizinhos são essenciais para o combate ao contrabando. Para Paulo Ricardo Cardoso, secretário-adjunto da Receita Federal, o contingente do Exército é insuficiente para a proteção dos limites nacionais, e suas ações “não atingem a origem do contrabando”, sendo necessário incentivar a inteligência investigativa e fortalecer parcerias. (Folha de S. Paulo – Seminário Folha – 29/03/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis

gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).